

“*Ecos de Pio IX*”: política e historiografia oitocentistas na criação de um estado pontifício para a idade média

“*Echoes of Pio IX*”: 19th historiography and politics on the creation of a papal state for the middle ages

Leandro Duarte Rust¹

leandrorust@yahoo.com.br

Resumo. Com este artigo apresentamos algumas reflexões sobre a instituição dos Estados Papais como um objeto de estudos historiográficos. O enquadramento deste tema na escrita da História remonta ao pioneiro estudo elaborado pelo teólogo John Miley, em meados do século XIX. Essa referência contextual é indicadora de uma importante relação epistemológica: a constituição do novo objeto de estudos foi conceitualmente delineada de modo a refletir as características das relações políticas protagonizadas pelo pontificado de Pio IX (1846-1878). Todavia, embora o tema tenha perpassado o século XX atraindo incessantemente a atenção dos historiadores, os parâmetros oitocentistas que modelaram sua abordagem permaneceram intocados, perpetuando a adoção científica de controversos critérios de análise. De modo geral, a historiografia permanece presa ao pioneirismo de John Miley, o qual é o argumento central deste artigo.

Palavras-chave: historiografia, Estados Papais, Idade Média.

Abstract. With this article we present some reflections about the theoretical institution of the Papal States as an object of historiographical studies. Modeling this theme in the writing of History resulted from the pioneering study by the theologian John Miley in the mid-19th century. This contextual reference is indicative of an important epistemological nexus: the formation of the new object of studies was conceptually outlined to reflect the characteristics of political actions of the pontificate of Pius IX (1846-1878). Although the theme has permeated the 20th century constantly attracting the attention of historians, the nineteenth century parameters that have shaped its scientific study remained untouched, perpetuating the adoption of controversial analysis criteria. In general, the historiography remains attached to the pioneering work of John Miley, and this is the central argument given to this article.

Key words: Historiography, Papal States, Middle Ages.

¹ Pós-Doutorando em História (USP), Doutor em História Social (UFF), Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso. Autor do livro *Colunas de São Pedro: a política papal na Idade Média Central* (Annablume, 2011).

Peço ao leitor que me acompanhe na leitura destas palavras escritas por Morris (2001, p. 2):

Over the centuries the Roman Church accumulated a great mass of claims to secular power, including the Papal States in central Italy and suzerainty over Sicily, England, and other kingdoms. [...] All this makes it appropriate to speak of papal monarchy as a special feature of the centuries after 1050. [...] The language of sovereignty stamped itself upon the Roman Church, and its echoes remained clear in Boniface VIII, in the popes of Avignon, in Sixtus V, and in Pius IX.

Morris não falou somente por si. Seus dizeres foram emblemáticos. Sua visão sintetizou uma interpretação largamente partilhada por medievalistas há diversas gerações e que pode ser assim resumida: a partir do século XI, os bispos de Roma transformaram a Igreja cristã ocidental num “Estado dos papas”. Esta compreensão faz da Idade Média o palco da “institucionalização do governo papal” (Le Bras, 1959, p. 52-178; Morghen, 1962, p. 105-177; Barraclough, 1972, p. 109-119; Schimmelpfennig, 1992, p. 130-169; Azzara, 2006, p. 47-82). Com essa expressão, os historiadores costumam identificar um sinuoso processo histórico, cujo percurso levou a autoridade religiosa a liderar a criação de um novo universo de instituições destinadas a emancipar politicamente a figura pontifícia e elevá-la ao posto de detentor de uma nova forma de soberania temporal, capaz de sujeitar os diversos escalões eclesiásticos ocidentais ao controle exercido por um novo centro de poder: a Cúria romana.

O tema da “estatização do papado” foi generosamente estudado desde o século XIX, e a imagem do supremo pastor de milhões de cristãos como alguém permanentemente assediado pelos assuntos típicos de um “chefe de Estado” povoa os imaginários do mundo ocidental. Para os estudiosos, a máxima expressão dessa institucionalização consistiu na criação dos “Estados Papais”, a longa faixa de territórios que se estendia da Úmbria às franjas da Campânia romana e sobre a qual os sucessores de Pedro teriam reinado com apetite político inteiramente mundano. É o que podemos depreender da leitura de *The Papal State in the Thirteenth Century*, concluído por Daniel Waley, em 1961; de *The Lands of Saint Peter: The Papal State in the Middle Ages and the Early Renaissance*, valiosa síntese lançada por Peter Partner, em 1972; ou ainda de *Scrinium y Palatium: la formation de la bureaucratie pontificale*, capítulo do recente estudo publicado por Pierre Toubert, em 2004.

Descrever o percurso pelo qual a Sé de Roma rompeu os acanhados limites de uma igreja local e tornou-se uma corte majestosa, inchada a cada novo pontificado por

aglomerações de notários e funções, seções e tributos, é algo que tem magnetizado a atenção dos especialistas há mais de um século. A formação dos Estados Papais se firmou como tema privilegiado para investigar a complexa transformação da Igreja romana na cúpula de uma suntuosa “monarquia eclesiástica”. O governo temporal dos papas no interior da península italiana se fixou no olhar de eruditos e historiadores como um domínio de ações que retratavam a concreta incidência social dessa peculiar “teocracia ocidental”. Mais e mais autores consideravam-no um conjunto de práticas únicas, expressões incomparáveis da realidade do poder pontifício. Debruçar-se sobre a “História dos Estados Papais” passou a ser visto como a escolha mais adequada para quem almejava decifrar a efetiva importância política do papado e medir sua capacidade de converter a pomposa retórica das bulas apostólicas em palpáveis relações de obediência.

Assim, é correto dizer que o estudo dos Estados Papais tornou-se um tema que desde o século XIX tem ditado a direção a ser seguida na compreensão do lugar do Papado na História e, sobretudo, nos rumos trilhados pela chamada Civilização Medieval. Grande parte do mérito pelo estabelecimento dessa equação historiográfica compete a um personagem pouquíssimo conhecido nos dias de hoje, o teólogo John Miley, autor da primeira obra dedicada à história “do domínio territorial da Santa Sé”, a primeira a atrair o olhar dos estudiosos acadêmicos.

Estudo de fôlego, *The History of Papal States* foi publicada em três volumes ao longo dos anos de 1849 e 1850. O primeiro volume destaca duas centenas de páginas para oferecer aos leitores uma descrição pormenorizada daquilo que Miley concebeu como o “território dos Estados Papais”. Tratava-se de uma apresentação da suposta territorialidade coberta pelas leis e tributos vinculados ao “Trono de São Pedro”. A primeira parte da obra surge dominada pela preocupação de apreender os substratos empíricos da vida institucional papal, isto é, de verter para o texto toda a geografia que abrigava e condicionava as ações do governo eclesiástico de Roma. Para isso, o teólogo esforçou-se ao máximo para arrolar um imenso conjunto de dados geológicos, topográficos e hidrográficos, além de um extensivo mapeamento das principais vias de comunicação e dos maiores sítios populacionais. Miley convida o leitor a percorrer a paisagem do exercício direto do poder pontifício, compondo um texto que parecia inspirado em uma literatura de grande circulação em todo o século XIX: os guias de viagens e os relatos dos naturalistas.

A composição desse panorama físico do governo dos papas resultava da influência que os *Études Statistiques sur Rome et la Partie Occidentale des États Romains* exerceram sobre o espírito de Miley. O invejável número de edições e reimpressões rapidamente alcançado pela

obra refletia o imenso prestígio atribuído ao seu autor: os *Études* carregavam a assinatura do conde francês Philippe Camille de Tournon, prefeito da Roma entre 1809 e 1814. Homem de confiança de Napoleão Bonaparte, o conde foi encarregado não apenas da administração da *Urbe*, mas das escavações arqueológicas e de inúmeras obras de conservação patrimonial, pessoalmente ordenadas pelo imperador após a expulsão de Pio VII. Policiado pela constante necessidade de prestar contas ao seu senhor, Tournon voltou-se para Roma com propósitos pragmáticos, vasculhou-a com olhos de interventor à busca de instrumentos para o governo do qual foi incumbido. Em decorrência disso, a composição dos *Études* foi guiada pelo desejo do autor de ser “the first to look at the city as a contemporary city and not as monument of the past” (Patriarca, 1999, p. 741). Seu olhar estatístico estava dominado por preocupações de administrador. Camille se pôs a “recueillir des renseignements, d’amasser des documents, de consulter les archives des anciennes administrations”, movido pelo explícito propósito de conhecer melhor as razões por trás de “l’agriculture, l’industrie, le commerce des Romains, leur administration, leur système judiciaire, leurs établissements publics” (Tournon, 1855, p. v-vi).

Essa visão foi o modelo interpretativo seguido por John Miley, cuja obra, portanto, teve como tema central o aparecimento histórico de uma territorialidade anacrônica para os tempos medievais, já que foi definida sob o ponto de vista da administração napoleônica. Acolhendo a perspectiva de quem enxergou Roma como uma cidade contemporânea e adotou, sem meias palavras, a tarefa de superar sua dimensão histórica para melhor administrá-la, nosso autor compôs um estudo que transpirou a cada página a busca por mapear “the precise instant at which the Popes became temporal sovereigns” (Miley, 1850, p. lvi). Guiada por esse norte, a obra entra efetivamente em curso de realização.

Vencida a etapa preliminar de fazer ver o trans-fundo geográfico do governo papal, *The History of Papal States* inicia sua narrativa com um típico fio condutor: uma noção linear de tempo histórico, aplicada através de tramas do tipo causa-e-efeito e quase sempre limitada ao que então figurava como âmbito biográfico. O desenrolar textual estabelece certas marcações temáticas que qualquer leitor da História do Cristianismo provavelmente reconhecerá como algo muito familiar. Ela parte do século IV, indicando as decisões tomadas pelo imperador Constantino como “*Origin of the Papal Sovereignty*”. Em seguida Miley constrói um longo arco cronológico, que é esticado por dois volumes inteiros para abarcar os séculos da difícil relação entre os sumos pontífices e a cidade de Roma, desde o período carolíngio até a Era Renascentista. Por fim, ele descreve as turbulências deflagradas pelo

moderno republicanismo italiano, período histórico para o qual toda obra parece estar orientada, como se suas páginas formassem uma torrente de ideias que deveriam desaguar precisamente ali, consumando um longo movimento teleológico.

A todo o momento, *The History of Papal States* emprega um vocabulário que fala em “território pontifício” e “soberania apostólica”, como se a miríade de conflitos e de relações de poder experimentadas pelo papado ao longo da História tivessem sempre girado em torno de atributos típicos da ordem estatal oitocentista: a unificação e a homogeneização do controle territorial, a centralização administrativa, da supremacia fiscal e o monopólio da força militar. Todos se encontram, de alguma forma, elevados a categorias universais dessa história descrita por Miley.

Contudo, não julguemos essa forma de escrever sobre o passado como algo arbitrário ou ingênuo. Afinal, ela cumpria à risca os mesmos movimentos epistemológicos impostos pela noção de tempo histórico que havia sido consagrada pelos iluministas: noção reivindicada pelos historiadores ainda nos dias de hoje. Por meio dela, a escrita da história é concebida e praticada como uma forma de compreensão do passado irrevogavelmente instituída a partir do campo de experiências do presente. A temporalização dos ritmos históricos está atrelada a relações de inteligibilidade que não escapam ao “agora” vivenciado pelos próprios estudiosos: o saber histórico está inapelavelmente atrelado a essa aporia hermenêutica (Koselleck, 2006). No caso da geração de Miley, isso significava dizer que o papado da Idade Média foi insistentemente indagado para oferecer respostas aos dilemas apresentados pelo cenário político oitocentista. Vejamos.

Entre 1814 e 1815, o chamado Congresso de Viena restituiu ao Papado praticamente todas as terras perdidas para Bonaparte dez anos antes. Com isso, a península itálica voltava a ser atravessada por uma longa faixa de territórios submetidos novamente ao bispo de Roma.

A decisão se tornou um dos marcos da busca pela restauração do equilíbrio político rompido pela Revolução Francesa e por seu filho prodígio, Napoleão. No entanto, não era possível, simplesmente, voltar a caminhar no passado. A reinstalação dos “Estados Pontifícios” ocorria em um novo cenário político, deparava-se com novos componentes sociopolíticos.

Os ataques revolucionários aos princípios do absolutismo e de uma ordem de poderes estabelecida por mandamentos divinos alavancaram a ascensão do nacionalismo e instigaram a inédita reivindicação de uma “Itália para os Italianos”. Após a derrocada de Napoleão, o movimento nacionalista italiano ganhou vulto e cresceu explorando a vulnerabilidade dos muitos ministados que transformavam a península num caleidoscópio

político. Contudo, os maiores adversários dos nacionalistas não eram as potências-símbolo da Restauração, como o Império Austríaco e sua ocupação das áreas setentrionais, ou a monarquia dos Bourbon e sua insistente presença nas áreas ao sul. De forma um tanto inesperada, foi um regime comumente considerado frágil que passou a ser visto como a última e maior barreira para a fundação da nação da italiana: o secular governo dos sucessores de Pedro no coração peninsular. Cada vez mais, os nacionalistas se convenceram de que depor o Grão-Duque da Toscana e expulsar os austríacos da Lombardia era uma coisa. Depor o papa e seu milenar reinado temporal era algo inteiramente diferente, pois o sumo pontífice, “though having little in the way of military might, had weapons that no other ruler could ever hope to wield” (Kertzer, 2004, p. 2).

Detentor nominal de uma extensa faixa de domínios que se estendiam de Roma até Bologna e Ferrara, o papa advertia que a criação de um Estado italiano contrariava a vontade de Deus. Pio IX se serviu de todas as armas disponíveis para transformar a preservação dos Estados Papais em uma causa doutrinária e em tudo religiosa. Basta observar, por exemplo, os ilustres assentos reservados no plenário do Concílio Vaticano I, assembleia que, em dezembro de 1869, afirmou o polêmico dogma da infalibilidade papal. Um lugar de honra foi assegurado ao Grão-duque Leopoldo II, deposto de seu governo da Toscana pelos nacionalistas. Próximo a ele podia ser visto Francisco II, rei de Nápoles destituído por Garibaldi no ano de 1860. A eles juntou-se também o outrora Duque de Modena, Francisco V, refugiado na Áustria desde 1859, após ser despojado das próprias terras por Vítor Emmanuel II, cabeça do novo “reino da Itália”. Em meio à faustosa multidão eclesiástica então reunida pela autoridade apostólica, era possível divisar as figuras dos generais Kanzler e Du Mont, cujos exércitos protegiam o que restava dos Estados Pontifícios (Kertzer, 2004, p. 27).

Dominado pelos debates acerca do controverso tema da infalibilidade papal, o concílio enviou outra mensagem a todas as nações europeias ao reunir os adversários do movimento de unificação italiana: a conservação das possessões territoriais da Igreja de Roma estava longe de ser uma mera questão temporal; tratava-se de uma questão de fé, de comprometimento com a Igreja cristã e de lealdade ao papa. Por isso, após setembro de 1870, quando tropas italianas finalmente dobraram as resistências romanas e conquistaram a cidade, Pio excomungou os fundadores do novo “reino usurpador” e convocou católicos de toda Europa a se empenharem em seu socorro. Ele acreditava que, amparados por Deus e nutridos pela fé cristã, os Estados Papais retornariam. O que não aconteceu.

O malogro no restabelecimento dos “Patrimônios de São Pedro” acarretou impactos diretos sobre a balança

de poder europeia, sobretudo ao fazer da Santa Sé o pivô do fracasso das tentativas de reaver os equilíbrios políticos anteriores a 1789. Nos anos que antecederam a publicação da obra seminal de Miley, os conflitos travados em torno da constituição dos Estados Papais fervilhavam, atingindo sua fase de radicalização no calor revolucionário que se espalhou pelo Velho Mundo em 1848.

Naquele ano, mobilizados pelo clamor nacionalista geral, muitos grupos e agremiações das elites centro-italianas recorreram ao recém-eleito Pio IX em busca de apoio para expulsar os austríacos da peninsular. Seus esforços foram em vão. O pontífice se recusava a agir contra uma das maiores monarquias católicas da Europa. Um intoxicante clima de insatisfação com a “ditadura papal” espalhou-se pelas ruas de Roma. Na manhã do dia 15 de novembro, o jornal *Contemporaneo* publicou duros ataques ao conde e economista Pellegrino Rossi, primeiro ministro dos Estados Papais. Os redatores do diário tinham nítida percepção de que o governo de Pio reproduzia, em âmbito local, uma orientação política maior, de dimensões continentais: a reacionária restauração proclamada pelo Congresso de Viena. Eis um trecho daquela edição:

I lavori di tanti secoli, le meraviglie dell’umana intelligenza diverrebbero ben presto cenere e mina, se la società non si alzasse corno un sol uomo a incatenare la barbarie chiamata oggi dei Metternich e dei Guizot per accorrere in loro aiuto. [...] Questa scuola si è introdotta sventuratamente anche in Italia: iniziata com sanguinosi auspicii a Napoli, minaccia oggi Roma [...]. Rossi è incaricato di fare in Roma sperimento della politica dei Metternich e dei Guizot (Farini, 1850, vol. 2, p. 363)

Enquanto a jornal circulava, Rossi dirigia-se ao Palazzo della Cancelleria carregando nas mãos o discurso que proferiria em defesa da “via católica” para a vigência de instituições livres e do bem público. Sua carruagem parou na praça, diante da escadaria do palácio e das ofensas disparadas pelo ar. Sob os olhos de uma impotente guarda civil, o ministro desceu, foi cercado por uma multidão. Sua figura desapareceu em meio à turba, que o envolveu como um denso nevoeiro de gritos, empurrões e socos. De repente, teve início uma debandada. A turba se desfez de súbito e os homens se puseram a correr como se fugissem desesperadamente de um grave mal. Poucos instantes após a dispersão foi possível rever a silhueta de Rossi, caído e com um vívido jorro de sangue a escapar de sua garganta, cortada sem clemência. À noite, o assassino, Luigi Brunetti, foi carregado pelos ombros em público e aclamado o “segundo Brutus” da história romana (De Mattei, 2004, p. 30).

Nove dias depois foram desferidos ataques ao Palácio Quirinal, e a residência onde o papa estava aquartelado por pouco não terminou saqueada. Temendo pela própria vida, Pio IX disfarçou-se de um simples padre e fugiu para Gaeta. Em janeiro, uma recém-empossada Assembleia Constituinte elegeu um novo governo, comandado por Giuseppe Mazzini, o líder nacionalista-republicano até então exilado em Londres. O fim do governo temporal dos papas foi oficialmente proclamado em 1849 – por pouco tempo. Atendendo aos apelos pontifícios, Luís Napoleão rapidamente despachou exércitos franceses até o Lácio e restaurou o governo eclesiástico sobre a cidade de Roma. Todavia, a história eclesiástica ocidental não mais podia ser contemplada com os mesmos olhos: o amargo sabor da mudança era intenso entre as elites intelectuais europeias.

Os eventos de 1848 e 1849 representaram uma ruptura. Entre outras razões devido à inédita importância atribuída aos Estados Papais no cenário do século XIX. Holmes (1978, p. 5) demonstrou apurado senso de realismo ao constatar como essa escalada de tensões fez os contemporâneos perderem de vista a fragilidade política do governo papal oitocentista. Os bispos de Roma eram, até então, encarados como detentores de um poder temporal menor, cuja soberania era mais aparente do que efetiva. Segundo palavras do próprio Holmes (1978, p. 5), “the pope had practically no control over the rulers who theoretically recognized his authority, his temporal interests were ignored and he was denied a voice at international meetings”. Embora Pio IX tenha se notabilizado pela iniciativa em uma série de reformas que envolviam planos de construção de ferrovias, a criação de um Instituto de Agricultura para os territórios submetidos à sua autoridade, a fundação de uma imprensa controlada por laicos e a outorga de uma Constituição aos seus súditos, a realidade de seu governo temporal era outra. Suas muitas concessões a um modelo de monarquia constitucional e ao ideal de uma Itália distribuída em unidades federativas – aprovações lhe valeram a fama de “Papa Liberal” – eram sintomas do franco declínio de sua estabilidade política e acabariam por minar a vital aliança entre a Santa Sé e o Império Austríaco (Coppa, 2008, p. 13-54; McIntire, 1983, p. 13-39; Pollard, 2005, p. 21-54).

Todavia, o clamor gerado pelos dramáticos eventos de 1848 e a conversão de Pio IX em pivô da intervenção do imperador Napoleão III levaram muitos intelectuais e estadistas europeus a noticiar os vulneráveis Estados Papais de um modo em transfigurado: ora como o grande obstáculo ao surgimento da nação italiana, ora como um verdadeiro bastião da antiga ordem setecentista. Seja como for, sua relevância política era superestimada, inflacionada, e o vasto problema da influência temporal do papado parecia subitamente reduzido à questão da difícil constituição da-

queles territórios diretamente governados pelos sucessores de Pedro. É o que demonstra a publicação de *Kirche und Kirchen, Papstthum und Kirchenstaat*, do influente teólogo alemão Johann Joseph Ignaz von Döllinger. A obra veio à baila em 1861, dividida em duas partes: a primeira discutia uma constelação de questões que envolviam a “Igreja cristã e as Nações”, desde a Rússia à França, enquanto a segunda parte impunha uma drástica redução de foco, atendo-se apenas às desventuras dos Estados Papais após a Revolução Francesa, com um desproporcional destaque oferecido ao pontificado de Pio IX. O próprio Miley (1850, p. 650) não se furtou a validar essa premissa:

And no matter what his creed or shade of politics may be, every European Statesman, who in the high and proper sense deserves the name, who knows how to set their just value on social blessings and understands on what foundations they depend, must in heart and mind be anxious for the return of Pope Pius to his throne, and for its stability.

Embora a governança temporal da Santa Sé desmoronasse em plena luz do dia, após 1850 ela desencadeou uma onda de livros e estudos que inundou livrarias e bibliotecas em toda a Europa. Os títulos podem ser arrolados sem grandes esforços: *Lo Stato Romano dall’Anno 1815 al 1850*, de Farini (1850); *Rome, its Ruler and its Institutions*, de John Francis Maguire (1857); *Le Vittorie della Chiesa nel Primo Decennio del Pontificato di Pio Nono*, Giacomo Margotti (1857); *His Holiness Pope Pius IX and the Temporal Rights of the Holy See: as Involving the Religious, Social, and Political Interests of the Whole World*, de M.J. Rhodes (1859); *Il Governo Pontificio e lo Stato Romano: Documenti Preceduti da una Esposizione Storica*, de Achille Gennarelli (1860); *Rome under Pius IX*, de S.W. Fullom (1864); *Pio IX ed il suo Secolo: dalla Rivoluzione Francese del 1789 alla Proclamazione del regno d’Italia*, de Biagio Cognetti (1867); *Pius IX: The Story of his Life to the Restoration in 1850 with Glimpses at the National Movement in Italy*, de Alfred Owen Legge (1875).

Em meio a esse ambiente intelectual, um erudito como o metodista John Miley era diariamente bombardeado pelo argumento de que as severas disputas entre a Santa Sé e as forças políticas italianas estavam longe de ser simples questão “doméstica” (Schroeder, 1986, p. 1-26). Seu entendimento do mundo era constantemente martelado pela convicção de que compreender sua época implicava explicar a fundo os rumos históricos seguidos por aquele “organismo político” singular, então conhecido como “Estados Papais”. O presente parecia ensinar que o governo temporal dos sucessores de Pedro era uma espécie de eixo da História, talvez mesmo o coração pulsante da vida política

ocidental. Basta observar como Miley (1850, p. 664-665) concluiu sua obra fundadora, referindo aos incidentes de 1848-49 e o subsequente restabelecimento de Pio IX pelas tropas de Luís Bonaparte: “the foregoing series of events are seen to group themselves round certain points that rise like landmarks along the immense tract of ages we have traversed, in tracing the history of this singular power”.

Tal premissa logrou grande fortuna historiográfica. Décadas depois da publicação da obra seminal do teólogo norte-americano, no bojo de uma então irrefreável marcha política pela unificação italiana, essa atmosfera intelectual envolveu intensamente a valiosa produção historiográfica de Paul Fabre, especialmente seu *Étude sur le Liber Censuum de l'Église Romaine*, publicado em 1892. Com ele, o autor finalmente proveu a pesquisa histórica de uma introdução a um *corpus* documental imprescindível, o *Liber Censuum*, um extrato de registros escritos elaborado em 1192 pelo cardeal e *camerarius* papal, Cêncio Savelli. Tal compêndio reuniu, província por província, os nomes dos censitários da Igreja Romana e os indicadores das quotas de pagamentos regulares (*redevances*) devidas por cada um deles. Seduzido pelo modo de pensar historicamente professado por seu mestre, o francês Fustel de Coulanges (Digard, 1902, p. xi-xii), Fabre contribuiu decisivamente para fazer da busca pelas “*origens do Estado Papal*” uma verdadeira palavra de ordem nos estudos históricos, como demonstram ainda diversas outras publicações provenientes de sua incansável rotina de pesquisas, como *Le Patrimoine de l'Église Romaine dans les Alpes Cottiennes; Un Registre Caméral du cardinal Alborno en 1364: documents pour servir à l'histoire du Patrimonium Beati Petri in Tuscia au quatorzième siècle; Registrum Curiae Patrimonii Beati Petri in Tuscia; La Perception du Cens Apostolique dans l'Italie Centrale en 1291* (Fabre, 1884, p. 383-420; 1887, p. 129-195; 1889, p. 299-320; 1890, p. 369-383).

Os trabalhos de Paul Fabre conferiram maior nitidez ao tema já delimitado por Miley. Dotaram-no de dimensões mais precisas ao reunir num único recorte de investigações, como um domínio de pesquisas consistente e coeso, aspectos de um passado medieval que até então estavam presos à reputação de “sub-temas”, de ser uma matéria marginal cujo registro estava pulverizado em aparições documentais dispersas e esporádicas, incapazes de concorrer com a atenção dispensada à “Querela das Investiduras” e às “Vidas dos Papas”. Entretanto, se aquele membro da Escola Francesa de Roma ultrapassou as generalizações superficiais do estudo do governo temporal da Santa Sé, muito disso se deveu às inquietações despertadas pelo contexto político da Itália oitocentista. Afinal, durante todo o tempo em que frequentou os arquivos do Vaticano e chamou à existência sua produção intelectual, Fabre conviveu com a “Questão Romana”, expressão que

usualmente identifica o radical rompimento com o Estado italiano protagonizado por Pio IX. Tratava-se do ingresso do papado numa fase derradeira das tensões vividas desde os tempos de Miley. Vejamos.

Após a catástrofe diplomática em que se transformou a proclamação da infalibilidade papal e a retirada das tropas francesas para a fronteira franco-germânica, em 1870, Pio IX se viu entregue à própria sorte. Embora abandonado por seus aliados, o papa conseguiu impedir por um ano que tropas italianas marchassem sobre Roma, explorando a incessante propensão do novo governo de ver projetada sobre o papa a alarmante sombra do poderio francês e, em alguns momentos, do austríaco. Essas hesitações e temores duraram até a chegada do mês de setembro. Foi então que a desastrosa derrota francesa em Sedan, pela qual o próprio Napoleão III caiu prisioneiro dos prussianos, empurrou a política europeia para além dos limites então vigentes. Com o imperador no cativeiro, os franceses proclamaram uma nova república. O poder imperial, fiador das garantias diplomáticas às quais o papado se apegava como a uma tábua de salvação, não mais existia. Em menos de um ano, os exércitos de Vítor Emmanuel marcharam sobre Roma e impuseram sua incorporação à Itália unificada. Pio IX recusou-se a entrar em acordo com o rei. Chegava ao fim, efetivamente, o governo cidadão exercido pelos papas por mais de mil anos, mas não sem resistência.

O pontífice declarou-se “prisioneiro do Vaticano” e proibiu todos os católicos italianos de participarem do novo regime, quer fosse candidatando-se às eleições ou, simplesmente, por exercer o direito ao voto. Embora Pio tenha falecido em 1878, a interdição se prolongou até a Primeira Guerra Mundial, e sua duração alimentou a comoção em escala continental causada pelo isolamento do papa, consequência da transferência do novo governo italiano para Roma, em julho de 1871 (Kertzer, 2004, p. 33-85). O dramático fim do domínio secular dos papas calou fundo na consciência dos contemporâneos e alertou homens como Miley e Fabre para a iminência de outra perda intolerável, essa, por sua vez, intelectual: o que até bem pouco tempo era uma realidade política óbvia, estimada como epicentro das relações de poder estabelecidas entre tantas nações europeias, era agora arrastado para as brumas do total desaparecimento. E pior: aquele fenômeno político considerado crucial era empurrado para o sombrio vazio do esquecimento, sem contar com estudos sistemáticos e exaustivos, isto é, sem que sua história e sua constituição tivessem sido suficientemente conhecidas. A escrita da “História dos Estados Papais” surgiu investida dessa função vital: exorcizar o fantasma de uma perda irreparável para a memória coletiva cultivada pela política oitocentista.

As transformações políticas envolvendo o papado despertavam nas mentes de seus contemporâneos um exacerbado senso histórico, que lançava os eventos italianos no âmago de um olhar geral sobre os rumos da política europeia como um todo. Esse argumento pode ser exemplificado pelas palavras introdutórias de *The True Story of the Vatican Council*, obra publicada pelo cardeal e monsenhor Manning em 1877 e rapidamente vertida para o italiano, francês e alemão:

Few centuries since the Christian era have seen events of greater magnitude or more far-reaching in consequence, than the age in which we live. It has seen the extinction in 1806 of the Holy Roman Empire, the heir and representative of the Caesars; The rise and fall of two Empires in France; the setting up of two French republics; the overthrow of more dynasties, and the abdication of more kings, than any former age. It is, characteristically, the century of revolution. It has seen great wars which shook the whole of Europe from Madrid to Moscow; and lately two great empires overthrown in a few weeks or in fewer months. It sees now a German Emperor and a king of Italy. Once it has seen the head of the Christian Church carried away prisoner into France, once driven by bloodshed out of Rome, and now we see him stripped of all the world can clutch; twice it has seen Rome seized and held. These are not common events. Finally, after a lapse of three hundred years, it has seen an Ecumenical Council, and it has occupied itself profusely and perpetually about its acts, its liberty, and its decrees. Few events of the nineteenth century stand out in bolder relief, and many will be forgotten when the Vatican Council will be remembered. It will mark this age as the Council of Nicaea and the Council of Trent now mark in history the fourth and the sixteenth centuries (Manning, 1877, p. 1-2).

Portanto, não deve ser encarado como coincidência ou aspecto fortuito o fato de outro “fundador da atual História Política e Institucional do papado”, segundo palavras de Ullmann (1975, p. 1287), pertencer precisamente a esse mesmo contexto. Referimo-nos a Louis Duchesne, autor do valioso *Les Premiers Temps de l'État Pontifical* – lançado pela primeira vez em 1904 – e editor do *Liber Pontificalis*. Abade e filólogo, Duchesne ingressou na Escola Francesa de Roma em 1876, no bojo da “Questão Romana”, e orientou o rigor de suas obras contra o modelo político de um episcopado monárquico, reclamado por um papado que estava “*surveying a series of further catastrophes for the Roman Church*” (Bowden, 1988, p. 50).

Que a história do poder temporal papal tenha cativado dois eruditos franceses como Fabre e Duches-

ne, é algo que, sem dúvida, não deve causar estranheza. Afinal, durante todo o período da Monarquia de Julho e da Segunda República a vida pública francesa foi tomada por acalorados debates sobre o envolvimento nacional com os desafios enfrentados pelo poder pontifício. Pode-se afirmar, contando com o respaldo oferecido por Jolicoeur (2008, p. 73-154), que um intenso interesse sobre as relações entre o Papado e a Itália central permeava a formação intelectual das elites francesas. Sobretudo o tema do difícil entrosamento entre as reformas liberais e o arcaísmo atribuído aos Estados Pontifícios contava com uma formidável literatura e com diversos espaços de discussão: ele surgia semanalmente em jornais como *Gazette de France*, integrava repetidamente as pautas dos conselhos provinciais, era razão para longos pronunciamentos de figuras como Guizot. Portanto, a chamada “Questão Romana” repercutiu profundamente sobre as visões acalentadas pelas gerações de Miley, Fabre e Duchesne acerca da ordem política ocidental. Era preciso dar sentido àquela poderosa interferência, explicar aquele desencaixe.

Desse momento em diante, o escol de autores dedicados especificamente ao estudo da formação da Cúria romana e do governo sobre os Estados Pontifícios só fez aumentar. Novos horizontes se abriam. Algumas décadas antes, aquele tema não passava de um assunto que se visitava uma vez ou outra, lembrado por alguns eruditos, bispos e certos reverendos tocados pelo declínio do poder temporal do pontificado. Agora, o assunto em questão viraria o ano de 1900 como um objeto de estudos respeitável entre os acadêmicos, dotado de cientificidade, engrandecido por uma multiplicação de memoráveis contribuições. Onde antes se encontrava motivo para lamentar por uma “*singular lacune in the world of letters*” (Miley, 1850, p. xlv), passava-se a colher importantes estudos assinados por autores como Daux (1905, p. 5-73), Halphen (1974, p. 1-52), Poole (1915), Lunt (1909, p. 251-294; 1934), Hall (1943, p. 125-140), Zema (1947, p. 137-168) entre tantos outros.

Todavia, ao percorrer esse longo e rico itinerário de estudos, a historiografia persistiu orientada pelo mesmo propósito que instigava as mentes dos contemporâneos de Miley: analisar a plurissecular constituição da política papal como um processo de constituição dos parâmetros e referenciais institucionais associados aos Estados Pontifícios oitocentistas. Esse tema emergiu na pena dos historiadores modelado para a compreensão de realidades do século XIX e assim ele tem se perpetuado desde então. Talvez por estarem imersos na perspectiva europeia, os estudiosos incorporaram e preservaram muito da postura de seus “clássicos”, que consistia em voltar os olhos para o passado tentando encontrar a origem de traços típicos da época de Pio IX, “*el último soberano de los Estados Pontifícios*” (Sosa Wagner, 2000). Ao explorar a especialização dos

departamentos curiais, a formação de conselhos decisórios ou a criação de malhas de fiscalidade, os historiadores frequentemente revisitam e retocam, em diferentes graus, essa característica fundadora: eles falam a respeito do papado da Idade Média para descrever o embrião da Santa Sé da época de Vítor Hugo. Comportam-se de modo muito semelhante à conduta intelectual de Miley (1850, p. 666), convicto de que a história convergia para o século XIX: “*the mighty Charlemagne [...] deposited on the altar of God the charter by which Pius IX still wields the sceptre*”.

Vejamos Barraclough (1972, p. 134-136) e a ênfase depositada por seu célebre *Os Papas na Idade Média* para demandar ao papado do século XIII a eficiência de um poder estatal típico da modernidade oitocentista:

A máquina administrativa do papa não correspondia às ambições políticas de Inocêncio III, [...] [que] fez, sem dúvida, um esforço considerável para elevar o nível da cúria e, essencialmente, para reformar a chancelaria. [...] Tudo isto eram improvisações em pequena escala, cujo alcance não se pode exagerar. Não atingiam a causa profunda das dificuldades, pois Inocêncio III não podia extinguir as práticas do século XII nem instaurar uma burocracia assalariada [...]. Os progressos haviam sido imensos, a posição do papa na Igreja fora profundamente alterada; o que temos o direito de denominar monarquia papal existia, mas os seus fundamentos eram mais fracos do que à primeira vista parecia. A aparência da expansão era, na realidade, abdicção entre pressões exteriores e o aparelho administrativo posto a funcionar para resistir a estas pressões reduzia-se a uma série de medidas apressadas e de expedientes improvisados. [...] Faltava o homem de gênio, capaz de ver, de querer e de obrigar.

O texto comporta um nítido juízo de valor: as instituições lideradas por Inocêncio III estavam privadas dos aspectos que, na opinião de nosso autor, são necessários à organização institucional sempre. Difícil não reconhecer que Barraclough reprovou o papado medieval pelas ausências de características consagradas por uma visão do século XIX: o planejamento e a projeção de ações em longo prazo, a racionalização da formação dos quadros hierárquicos, a regularidade e a rotinização da eficácia administrativa. Por trás dessa condenação de “falhas da Sé de Roma” está uma marcação anacrônica tão sólida quanto inconsciente. Exortando o leitor a reconhecer a incapacidade do papado medieval para transformar suas instituições em aparelhos duradouros de regulação social e de arbitragem, nosso autor admite que essas “metas governamentais” são aquilo que deveria ser encontrado no passado da igreja dos séculos XII e XIII. Em outras palavras, Barraclough eleva certas

características da ordem estatal ocidental e moderna ao patamar de regras a serem cumpridas na organização e gestão do político por toda a História.

As deficiências atribuídas a Inocêncio III foram falhas tragicamente sentidas por Pio IX: as carências institucionais então avaliadas como “medievais” eram ausências graves para um Estado oitocentista. Esse é um inequívoco indicador de que a historiografia extrapolou os limites do processo de construções epistemológicas do tempo histórico. Reconhecer que a temporalização das relações humanas tem suas condições de inteligibilidade inapelavelmente atreladas ao presente do estudioso não é o mesmo que consentir em obliterar toda distância que distingue a realidade histórica passada e a compreensão histórica. É precisamente isto que têm feito os historiadores, fiéis perpetuadores de Miley: eles naturalizaram um modelo conceitual oitocentista, elevaram os referenciais da política papal da época de Pio IX ao posto de parâmetro supostamente universal de explicação, tacitamente imutável, permanente. Ao ditar ao pensando a obrigação de aplicar sempre os mesmos critérios, repetir indefinidamente as mesmas fórmulas de análise, eles negaram um dos fundamentos da consciência histórica: que o pensamento deve primar por incluir sua própria historicidade em seu pensar. Como demonstrou convincentemente Gadamer (2005, p. 396), é preciso reconhecer que a escrita da História pressupõe a consciência da realidade da história tanto quanto da realidade do próprio compreender histórico. Ao ser perpetuada como “núcleo duro” de nossas pesquisas, a perspectiva oitocentista enrijece e paralisa a própria consciência histórica.

É preciso conhecer o peso epistemológico continuamente exercido pela historiografia do século XIX sobre os atuais quadros do estudo do passado. Afinal, ela se mostra capaz de condicionar profundamente as bases heurísticas que têm amparado nossos empenhos para compreendê-lo. Sem questionar, sistematicamente, o quanto o saber dos historiadores de hoje continua sendo refratado pelas ideias enraizadas por nossos “clássicos”, ou seja, sem atentar para a historicidade da própria compreensão, tomaremos parte da postura de pressionar o passado para que ele valide *apenas* nossas aspirações sociais, disfarçadas de regras históricas pretensamente universais. E assim continuaremos a ouvir as palavras de Pio IX ecoando pela boca dos papas medievais.

Referências

- AZZARA, C. 2006. *Il Papato nel Medioevo*. Bologna, Il Mulino, 125 p.
- BARRACLOUGH, G. 1972. *Os Papas na Idade Média*. Lisboa, Verbo, 245 p.
- BOWDEN, H.W. (ed.). 1988. *A Century of Church History: the legacy of Philip Schaff*. Champaign, SIU Press, 375 p.

- COGNETTI, B. 1867. *Pio IX ed il suo Secolo: dalla Rivoluzione Francese del 1789 alla Proclamazione del regno d'Italia*. Nápoles, T. Androsio, 2 vol.
- COPPA, F. 2008. *Politics and Papacy in the Modern World*. Westport, Greenwood Pub, 278 p.
- DAUX, C. 1905. Le cens pontifical dans l'Église de France. *Revue des Questions Historiques*, 75:5-73 .
- DE MATTEI, R. 2004. *Pius IX*. Herefordshire, Gracewing, 202 p.
- DIGARD, G. 1902. *Mélanges Paul Fabre: études d'histoire du Moyen Age*. Paris, Alphonse Picard, 498 p.
- FABRE, P. 1884. Le Patrimoine de l'Église Romaine dans les Alpes Cottiennes, *Mélanges d'Archéologie et d'Histoire*, 4:383-420.
- FABRE, P. 1887. Un Registre Caméral du cardinal Alborno en 1364: documents pour servir à l'histoire du Patrimonium Beati Petri in Tuscia au quatorzième siècle, *Mélanges d'Archéologie et d'Histoire*, 7:129-195.
- FABRE, P. 1889. Registrum Curiae Patrimonii Beati Petri in Tuscia, *Mélanges d'Archéologie et d'Histoire*, 9:299-320.
- FABRE, P. 1890. *La Perception du Cens Apostolique dans l'Italie Centrale en 1291*, *Mélanges d'Archéologie et d'Histoire*, 10:369-383.
- FARINI, L.-C. 1850. *Lo Stato Romano dall'anno 1815 al 1850*. Firenze, Felice Le Monnier.
- FULLOM, S.W. 1864. *Rome under Pius IX*. Londres, Charles J. Skeet.
- GADAMER, H. 2005. *Verdade e Método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis, Vozes, 731 p.
- GENNARELLI, A. 1860. *Il Governo Pontificio e lo Stato Romano: Documenti Preceduti da una Esposizione Storica*. Prato, F. Alberti, 2 vol.
- HALL JR., R. 1943. A. The Papal States in Italian Linguistic History. *Language*, 19(2):125-140. <http://dx.doi.org/10.2307/409842>
- HALPHEN, L. 1974. *Études sur l'Administration de Rome au Moyen Age (751-1252)*. Nova York, Burt Franklin Reprints, 191 p.
- HOLMES, D. 1978. *The Triumph of the Holy See: a short history of the papacy in the Nineteenth Century*. Londres, Burns & Oates, 306 p.
- JOLICOEUR, N. 2008. *La Politique Française envers les États Pontificaux sous la Monarchie de Juillet et la Seconde République (1830-1851)*. Paris, Peter Lang, 394 p.
- KERTZER, D. 2004. *Prisoner of the Vatican: The Popes, the Kings, and Garibaldi's Rebels in the Struggle to Rule Modern Italy*. Boston/ New York, Houghton Mifflin, 357 p.
- KOSELLECK, R. 2006. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro, Contraponto/ PUCRJ, 366 p.
- LE BRAS, G. 1959. *Institutions Ecclesiastiques de la Chrétienté Médiévale*. Paris, Bloud & Gay.
- LEGGÉ, A.O. 1875. *Pius IX: The Story of his Life to the Restoration in 1850 with Glimpses at the National Movement in Italy*. Londres, Chapman & Hall, 2 vol.
- LUNT, W. 1934. *Papal Revenues in the Middle Ages*. Columbia, Columbia University Press.
- LUNT, W. 1909. The Financial System of the Medieval Papacy in the Light of Recent Literature, *Quarterly Journal of Economics*, 23(2):251-295. <http://dx.doi.org/10.2307/1882800>
- MAGUIRE, J.F. 1857. *Rome, its Ruler and its Institutions*. Londres, Spottiswoode & Co., 471 p.
- MANNIG, E. 1877. *The True Story of the Vatican Council*. Londres, Henry S. King & Co., 206 p.
- MARGOTTI, G. 1857. *Le Vittorie della Chiesa nel Primo Decennio del Pontificato di Pio Nono*. Torino, P. De Agostini, 318 p.
- McINTIRE, C. 1983. *England against the Papacy: 1858-1861*. Cambridge: Cambridge University Press, 249 p. <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511897269>
- MILEY, J. 1850. *The History of Papal States: from their origin to the present day*. Londres, T.C. Newby.
- MORGHEN, R. 1962. *Medioevo Cristiano*. Bari, Editori Laterza, 385 p.
- MORRIS, C. 2001. *The Papal Monarchy: the western church from 1050 to 1250*. Oxford, Clarendon, 673 p.
- PARTNER, P. 1972. *The Lands of St Peter: the papal state in the middle ages and the early renaissance*. Londres, Methuen, 471 p.
- PATRIARCA, S. 1999. Cities, capitals and statistical description in nineteenth and early twentieth-century Italy. *Mélanges de l'Ecole française de Rome. Italie et Méditerranée*, 111:733-745.
- POLLARD, J. 2005. *Money and the Rise of the Modern Papacy: financing the Vatican, 1850-1950*. Cambridge, Cambridge University Press, 265 p.
- POOLE, R. 1915. *Lectures on the History of the Papal Chancery down to the time of Innocent III*. Cambridge, Cambridge University Press, 211 p.
- RHODES, M.J. 1859. *His Holiness Pope Pius IX and the Temporal Rights of the Holy See: as Involving the Religious, Social, and Political Interests of the Whole World*. Londres, Thomas Richardson and Son, 152 p.
- SCHIMMELPFENNIG, B. 1992. *The Papacy*. New York, Columbia University Press, 330 p.
- SCHROEDER, P. 1986. The 19th-Century International System: Changes in the Structure. *World Politics*, 39(1):1-26. <http://dx.doi.org/10.2307/2010296>
- SOSA WAGNER, F. 2000. *Pio IX, el Último Soberano*. Zaragoza, Yalde, 307 p.
- TOUBERT, P. 2004. *L'Europe dans sa Premier Croissance: de Charlemagne à l'an mil*. Paris, Fayard.
- TOURNON, C. 1855. *Etudes Statistiques sur Rome et la Partie Occidentale des États Romains*. Paris, Didot.
- ULLMANN, W. 1975. Louis Duchesne, *Scripta Minora: Etudes de topographie romaine et de géographie ecclésiastique*. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, 53:1287-1289.
- WALEY, D. 1961. *The Papal State in the Thirteenth Century*. Londres, MacMillan & Co., 355 p.
- ZEMA, D. 1947. Economic Reorganization of the Roman See during the Gregorian Reform. *SG*, 1:137-168.

Submetido: 07/06/2011

Aceito: 25/10/2011